AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE ESTAR EM DESEMPREGO: PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

EVALUATING THE EXPERIENCE OF BEING UNEMPLOYED: A REFLECTION ON ITS POSITIVE AND NEGATIVE ASPECTS

Joyce Aguiar
Universidade do Porto, UP
Porto, Portugal
jcaguiar2@gmail.com

Vinício Abreu
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG
Belo Horizonte, MG, Brasil
brigidovini@ufmg.br

Marisa Matias
Universidade do Porto, UP
Porto, Portugal
marisa@fpce.up.pt

Anne Marie Fontaine
Universidade do Porto, UP
Porto, Portugal
fontaine@fpce.up.pt

Resumo. Neste estudo, investigamos o fenômeno do desemprego sob o ponto de vista biográfico-subjetivo. Utilizamos um survey e, por meio de resposta aberta, os 151 participantes listaram aspectos positivos e negativos sobre a experiência de estar em desemprego. Com recurso ao programa NVivo e utilizando a metodologia de análise de conteúdo, realizamos análises de frequência e por categoria temática. Todos os participantes referiram aspectos negativos e 122 citaram pelo menos um aspecto positivo. No total, foram analisadas 13 categorias, sendo "dificuldade financeira" e "ter mais tempo" aquelas de maior frequência. A complexidade da experiência do desemprego apresentada neste estudo pode possibilitar novos trabalhos e, a partir disso, auxiliar na construção de tecnologias sociais que apoiem indivíduos e famílias em situação de desemprego.

Palavras-chave: desemprego; análise de conteúdo; pesquisa qualitativa.

Abstract. This study aims to investigate the phenomenon of unemployment from a biographical-subjective perspective. We used a survey in which the participants (n = 151) had to list positive and negative aspects about the experience of being unemployed. The software NVivo was used to organize data, and the methodology applied was the content analysis, based on a frequency analysis of each thematic category. All participants reported negative aspects and 122 mentioned at least a positive one. A total of 13 categories were analyzed. Financial problems and having more time were the categories the most mentioned. The complexity of the unemployment experience presented in this investigation may enable new researches, generating a positive impact to the development of social technologies to support people and families in unemployment situation.

Keywords: unemployment; content analysis; qualitative research.

INTRODUÇÃO

O desemprego pode ser considerado como um dos maiores problemas sociais, consequência direta da globalização e do capitalismo (HARVEY, 2010; GENNARI; ALBUQUERQUE, 2012). Durante o século XX, o desemprego passou por várias fases. Inicialmente, representava um problema individual e uma condição essencial para o funcionamento do sistema capitalista (MARX, 1867/ 1980); posteriormente, com a grande depressão vivida nos anos 30 e a contribuição do modelo keynesiano (KEYNES, 1933/ 1973), o desemprego passou a ser compreendido de um modo mais holístico e surge a necessidade de iniciativas políticas e sociais para a manutenção do pleno emprego (LIMA; AMADO; MOLLO, 2016). No entanto, com a globalização, retoma-se a perspectiva de atribuição individual ao problema do desemprego, embora desta vez a justificativa seja um desajuste entre o nível de qualificações do trabalhador e as exigências requeridas para o cargo (MATTOS; LIMA, 2015; GUERRA et al., 2016). Assim, desde o final do século passado até aos dias atuais, acompanha-se uma crise no modelo de trabalho, que se manifesta na redução do emprego estável e de tempo integral, dando origem a formas precárias de trabalho, além do aumento significativo do desemprego (AQUINO et al., 2016).

Em períodos de recessão econômica, observa-se uma crescente na investigação científica do fenômeno do desemprego, tal como ocorreu após a crise de 1929 e, mais recentemente, durante a crise imobiliária cujos reflexos na economia mundial e no mercado de trabalho repercutem até os dias atuais, nomeadamente em Portugal. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2016), Portugal encerrou o ano de 2015 com uma taxa de desemprego de 11,8%. Apesar de uma ligeira diminuição se comparada com os dados dos últimos meses do ano anterior, Portugal ainda permanece com 604 mil desempregados, tornando-se urgente compreender melhor esta realidade. Apesar da crise econômica haver tornado o desemprego e a precariedade laboral um cenário quotidiano no país, este alastramento do fenômeno não retira o sentido de negatividade para os que estão nesta situação.

A temática da centralidade do trabalho, embora não seja consensual na literatura (PREVITALI; FAGIANI, 2014), é compartilhada por diversos autores (BORGES; TAMAYO, 2001; ORGANISTA, 2006; ANTUNES, 2007). Para Souza Júnior (2016), o trabalho mantém-se como central na formação das pessoas, mesmo que de formas alienadas ou não reconhecidas, sendo quase impossível pensar o ser humano sem considerar a dimensão do trabalho. Assim, a ausência do trabalho não implica somente perdas materiais, mas sim a perda de um sentido de vida (DEJOURS, 1992) e, usualmente, costuma ser percepcionada de maneira negativa (EZZY, 1993; LEON; IGUTI, 2003; MITCHELL; KRISTOVICS, 2005; LACAZ, 2007).

Para Lima e Gomes (2010), uma das consequências do afastamento involuntário do trabalho seria o desgaste psíquico dos trabalhadores. Além disso, a pessoa em situação de desemprego muitas vezes poderá tornar-se alvo de discriminações e exclusões (CASTEL, 1998), levando a um distanciamento dos espaços de sociabilidade constituídos pelo mundo do trabalho. De acordo com Oliveira e Mendes (2014), o desemprego poderá proporcionar o surgimento de sofrimento, uma vez que pessoas com restrições financeiras poderão não acompanhar as demandas da sociedade de consumo, ressoando em sua subjetividade e, consequentemente, afetando sua saúde. As repercussões de uma situação involuntária de desemprego são múltiplas e podem atingir também o agregado familiar, como cônjuge e filhos da pessoa em desemprego (SOBRAL; GONÇALVES; COIMBRA, 2009; AMATO; BEATTIE, 2011; ZHANG; FAN; YIP, 2015). Existem evidências de que o desemprego aumenta a probabilidade de divórcio do casal, sobretudo quando a pessoa em desemprego é o homem (JENSEN; SMITH, 1990; KIPPEN et al., 2013).

Sob o enfoque científico, o fenômeno do desemprego pode ser interpretado de acordo com duas perspectivas: a) normativa-institucional, que busca compreendê-lo de modo mais objetivo e pragmático do ponto de vista econômico; e (b) biográfica-subjetiva, que propõe reflexões psicossociais sobre a pessoa em desemprego e seus relacionamentos interpessoais (RIBEIRO, 2010). Esta segunda, usualmente adotada pelas Ciências Sociais, encontra na Psicologia alguns modelos teóricos, dentre os quais a teoria da privação (JAHODA, 1988). De acordo com este modelo teórico, o trabalho remunerado oferece benefícios manifestos (tais como o valor econômico, que propicia o acesso a bens tangíveis) e latentes (definição de identidade, realização de atividade organizada, estruturação do tempo, contato social e vinculação de metas individuais a metas coletivas). A situação de desemprego ocasiona a ausência de ambos os benefícios e, embora geralmente as pessoas ingressem no mercado

de trabalho motivadas pelos benefícios manifestos, é a ausência de benefícios latentes que mais afeta o bem-estar psicológico da pessoa desempregada (ARÉVALO-PACHÓN, 2012).

De fato, diante da ausência da estruturação do tempo destinado à atividade laboral, a pessoa em desemprego pode sentir-se demasiado ociosa, o que pode gerar culpabilização e trazer implicações negativas de natureza emocional, psicológica, física, familiar, econômica e social (CALDAS, 2000). Não obstante, este excedente de tempo também poderá ser utilizado para fortalecer o papel familiar, permitindo estar mais presente nos cuidados domésticos e com os filhos. Jolley et al. (2011) entrevistaram pessoas em desemprego e encontraram, em meio ao impacto predominantemente negativo sobre a família, aspectos positivos como ter mais tempo e estar mais próximo dos filhos. Em relação a este último aspecto, Newman et al. (2009) analisaram as respostas de crianças e adolescentes cujos pais estavam sem emprego e observaram que os filhos não viam a situação de desemprego como um problema grave; ao contrário, as crianças referiam que se sentiam melhores por ter mais tempo com os pais. Dimas, Pereira e Canavarro (2013), em um estudo com casais portugueses, verificaram que os cônjuges em desemprego faziam uma melhor avaliação da relação do que os seus companheiros que estavam a trabalhar, o que os autores interpretaram como um indicativo de que a pessoa em desemprego parece investir mais na relação conjugal e atribuir uma maior relevância ao papel familiar. Assim, parece-nos plausível tentar compreender, dentre as mudanças no contexto familiar oriundas da situação de desemprego, quais seriam aquelas que poderiam ser consideradas como positivas.

Neste sentido, o presente estudo pretende analisar os modos de significação que pessoas em situação involuntária de perda de emprego apresentam sobre a sua experiência, classificando-as em aspectos positivos e aspectos negativos. Analisar as repercussões do desemprego sob este enfoque mais amplo torna-se um desafio, uma vez que ainda são poucos os estudos que propiciem uma avaliação menos cética sobre o fenômeno. No entanto, assim como há uma duplicidade para o trabalho, que simultaneamente é capaz de humanizar e degradar (ANTUNES, 2008), é possível que o desemprego, ao mesmo tempo em que pode causar sofrimento possa também permitir experiências positivas. Para compreender as minúcias e particularidades das experiências do desemprego, optou-se pela metodologia de análise de conteúdo, que pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 1977/ 2011). Trata-se de uma metodologia bastante difundida na Psicologia Social para investigação qualitativa e que abrange seis técnicas: análise de categorização, análise de asserção avaliativa, análise de enunciação, análise das expressões, análise das relações e análise do discurso. Para este estudo, utilizamos o primeiro tipo de análise, a partir da qual nos foi possível reduzir os dados e interpretá-los inferencialmente.

MÉTODO

Participantes

Participaram do estudo 151 portugueses em situação de desemprego há pelo menos um mês, residentes na zona do Grande Porto e arredores. O Porto é a segunda maior cidade de Portugal e capital da área metropolitana, que agrega 17 municípios situados na região norte, cujo índice de desemprego em 2015 foi superior à média nacional (INE, 2016). Todos os participantes estavam em uma relação conjugal e a maioria (92.7%) tinha pelo menos um filho. Mais de metade dos participantes (53%) afirmou estar a receber algum tipo de subsídio ou auxílio financeiro do governo. A idade dos participantes variou entre os 22 e 59 anos, sendo a média de 41.7 anos (DP = 9.3). Em relação ao tempo de desemprego, houve variância desde dois meses a 19 anos (desemprego de longa duração), sendo a média de aproximadamente 4 anos (DP = 46.7). Em quase metade dos casos (46.4%), o respetivo cônjuge do participante também estava em situação de desemprego (ver Tabela 1).

Tabela 1. Características da amostra.

CATEGORIAS	% (n = 151)
Gênero	
Masculino	37.7
Feminino	62.3
Idade (anos)	
22 – 32	16.6
33 – 42	33.7
43 – 52	34.9
53 – 59	14.5
Tempo de desemprego	
Até 6 meses	17.9
7 a 12 meses	10.0
13 a 24 meses	14.2
25 a 36 meses	9.2
37 a 48 meses	11.4
49 a 60 meses	10.3
Acima de 60 meses	27.0
Recebe algum subsídio	
Sim	53.0
Não	41.0
Não respondeu	6.0
Estatuto profissional do cônjuge	
Empregado	53.6
Desempregado	46.4
Filhos	
Sim	92.7
Não	7.3
Escolaridade	
Até 4º ano	19.2
Até 6º ano	21.2
Até 12º ano	21.9
Licenciatura	8.6
Mestrado/ Doutoramento	3.3

Instrumento

Utilizou-se um questionário de autorrelato composto por três secções: a) avaliação da experiência anterior de emprego formal, por meio de uma escala de resposta de seis pontos ("*No geral, como classifica sua última experiência de emprego? 1- Muito má*, *2- Má, 3- Insatisfatória, 4- Satisfatória, 5- Boa* e *6-Muito boa*"); b) comparação entre a situação anterior – com emprego formal – e a situação atual, por meio de escala de resposta de cinco pontos ("*Comparando a sua situação anterior de emprego formal e a situação atual de desemprego, consideraria que está: 1- Muito pior*, *2- Um pouco pior, 3- Igual, 4-Um pouco melhor, 5-Muito melhor*); c) avaliação da experiência do desemprego, por meio de uma listagem de aspectos que considerasse ser positivos e/ou negativos da situação atual de desemprego. Esta listagem poderia ser feita sem uma ordem hierárquica definida e sem um limite de quantidade, podendo o participante referir o número de aspectos que entendesse, inclusivamente nenhum, se assim preferisse.

Procedimentos

A metodologia, o protocolo utilizado e o procedimento de coleta dos dados foram submetidos à Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo-se obtido o parecer favorável. A coleta dos dados decorreu entre fevereiro e julho de 2015. Os participantes foram contatados pessoalmente, quando frequentavam cursos de formação profissional subsidiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Após explicação dos objetivos do estudo, as pessoas que de forma voluntária aceitaram participar no estudo assinaram o termo de consentimento informado e reponderam ao protocolo, sem a presença dos pesquisadores. A amostra

por conveniência foi formada a partir da técnica de bola de neve, utilizando a rede de contatos dos participantes e comunidade.

Os dados foram inseridos no programa NVivo 11 e o material foi submetido a uma análise de conteúdo. A unidade de análise foi a frase referindo-se a aspectos positivos ou negativos. Foram realizadas análises de frequência e por categoria temática. Esse processo de análise foi dividido em três grandes etapas: 1) pré-análise do material, em que foi feita uma leitura flutuante dos dados; 2) exploração do conteúdo, em que os dados foram codificados e agrupados em grandes categorias e 3) interpretação dos resultados, em que foram definidas as categorias com base na organização do material codificado. Optou-se pela não-utilização de um quadro de análises a priori, de modo a privilegiar procedimentos exploratórios que permitissem "fazer falar o material" (BARDIN, 2011, p. 124). De seguida, descrevem-se as categorias temáticas e a frequência em que os conteúdos subjacentes a cada uma delas emergiram do relato dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliação da experiência anterior de emprego e comparação entre as situações

A média da avaliação da experiência anterior de emprego foi 4.3 (DP = 1.3), sendo o equivalente qualitativo a "satisfatória". Houve 42 participantes que não responderam a essa pergunta. Em relação à comparação entre as situações, a média foi de 1.9 (DP = 1.0), o equivalente a "um pouco pior". Houve seis casos omissos para essa pergunta. Analisando-se as respostas em função do gênero, observa-se que os homens apresentaram média ligeiramente inferior à das mulheres em ambas as perguntas (ver Tabela 2).

Tabela 2. Médias das respostas de acordo com o gênero.

I – Avaliação da experiência anterior de emprego		
	Homens (n)	**Mulheres (n)**
1.Muito má	1	1
2. Má	12	3
3. Insatisfatória	1	5
4. Satisfatória	5	18
5. Boa	12	35
6. Muito boa	3	13
Total	34	75
Não respondeu	23	19
M (DP)	3.7 (1.5)	4.6 (1.0)
II – Comparação entre as situações		
	Homens (n)	**Mulheres (n)**
1. Muito pior	31	25
2. Um pouco pior	19	47
3. Igual	2	7
4. Um pouco melhor	1	8
5. Muito melhor	2	3
Total	55	90
Não respondeu	2	4
M (DP)	1.6 (0.9)	2.0 (1.0)

Avaliação da experiência de desemprego

Todos os participantes listaram pelo menos um ponto que consideravam ser negativo na sua experiência de desemprego. Houve 20 participantes que não conseguiram identificar algo que considerassem positivo, deixando este espaço em branco, e nove outros participantes que afirmaram explicitamente não haver aspectos positivos nas suas experiências. A frequência absoluta de aspectos listados variou de zero a quatro para os positivos e de um a cinco para os negativos. Dentre os

negativos, foram constituídas sete categorias temáticas; por sua vez, dos aspectos positivos emergiram seis categorias.

Alguns participantes listaram, dentro dos mesmos aspectos, dois ou mais pontos pertencentes à mesma categoria, pelo que, neste caso, apenas uma referência foi contabilizada. Por exemplo, dentre os aspectos negativos, um participante referiu "stresse" e "ansiedade". Neste caso, os dois pontos foram agrupados na categoria temática impacto psicológico como uma referência única. A Figura 1 evidencia as categorias e a frequência com que os participantes fizeram referências ao tema.

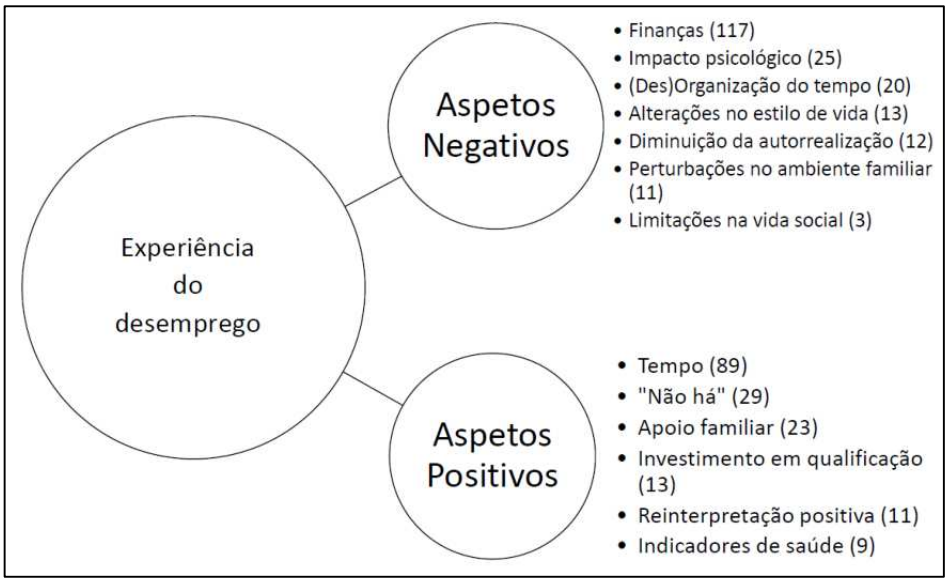


Figura 1. Categorias temáticas e respectiva frequência.

Aspectos Negativos

Finanças. Esta categoria engloba questões de ordem financeira, nomeadamente dificuldade em conseguir fazer face às dívidas mensais, diminuição do poder de compra e restrição do orçamento familiar. Estes conteúdos emergiram no registro de 117 participantes, ou seja, mais de 75% da amostra. De acordo com o modelo da teoria da privação, o desajuste econômico no rendimento familiar, originado a partir da situação de desemprego, resulta na privação dos benefícios manifestos, que são os bens tangíveis proporcionados pelo emprego remunerado. Assim, a perda de emprego implica diretamente uma questão pragmática: menos dinheiro e mais restrições no orçamento. Observa-se que dentre os 34 participantes que não referenciaram os problemas financeiros, 11 mencionaram apenas o impacto psicológico negativo e 10 citaram a ociosidade e falta e rotina; os demais relataram outras temáticas relacionadas a alterações no estilo de vida, falta de autorrealização e perturbações no ambiente familiar.

Impacto psicológico negativo. Sabe-se que a tensão financeira gerada a partir da situação de desemprego pode aumentar a incidência de sintomas psicopatológicos tais como ansiedade, depressão ou stresse (WESTMAN; ETZION; HOROVITZ, 2004; MENDOLIA, 2014). Na amostra analisada, 11 homens e 14 mulheres referiram que, a partir da situação de desemprego, passaram a apresentar "maior stresse", "redução da autoestima", "sinto-me desmotivada", "instabilidade emocional", "tornei-me depressivo", "saturado, cansado e sem moral".

(Des)Organização do tempo. Nesta categoria temática estão os conteúdos em que os participantes relatavam a dificuldade em organizar o dia-a-dia, o que segundo o modelo de Jahoda (1988) corresponde à ausência de um dos benefícios latentes do trabalho: estruturação do tempo. Os participantes (n = 20) apontaram como negativas a ociosidade, falta de rotina, sensação de não estar a fazer algo de útil e passividade. A quebra da rotina que antes lhes estava assegurada parece perturbadora e traz "pensamentos que esgotam", "aborrecimento com demasiado tempo ocioso", "estar em casa todo tempo" e "muito tempo sem fazer nada". É importante destacar que, embora tenham apontado a falta de rotina e o ócio como negativos, metade destes participantes (n = 10)

referiram que ter mais tempo livre era também positivo, pois significava "estar mais com a família", "acompanhar os filhos" e "descansar". Assim, observa-se a dualidade que o excedente de tempo poderá suscitar na pessoa em desemprego.

Alterações no estilo de vida. Com a restrição do orçamento, é necessário fazer alguns ajustes e alterar padrões e estilos de vida anteriores à situação de desemprego. Nesta categoria, os participantes (n = 13) citaram a sua insatisfação – "não ter capacidade de diversão como tinha antes", "temos de andar de transportes públicos", "qualidade de vida diminuiu", "não fazemos mais as coisas dantes" – sobretudo quando se tratavam de cortes relacionados com os filhos (passeios, compras e lazer). Mais uma vez, isto seria reflexo da ausência dos benefícios manifestos oriundos do trabalho remunerado – o poder aquisitivo que proporciona acesso aos bens tangíveis.

Diminuição da Autorrealização. Autorrealização é um conceito muito amplo e muitas vezes utilizado como sinónimo de motivação, autodesenvolvimento e pleno funcionamento do indivíduo (TAY; DIENER, 2011). O trabalho representa uma referência importante para o indivíduo, influenciando o processo de construção de identidade e sendo em si uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e de autorrealização (KUBO; GOUVÊA, 2012). Assim, a perda involuntária de emprego pode ter um efeito negativo sobre a satisfação pessoal, sendo esta originada da capacidade de criação e de transformação possibilitadas pelo trabalho (FRYER, 1986). Esta categoria contempla acepções tais como "realização pessoal" e "valorização profissional", pelo que foram interpretadas como ausência dos benefícios latentes do trabalho (definição de identidade e estatuto social).

Perturbações no ambiente familiar. Dos 11 participantes que citaram que houve impacto negativo do desemprego sobre o ambiente familiar, nomeadamente na relação com o cônjuge, sete eram homens. De acordo com a literatura, observa-se em casais em desemprego uma diminuição na satisfação conjugal, sobretudo quando é o homem o cônjuge desempregado (ZHANG; FAN; YIP, 2015) Além da diminuição da satisfação, a tensão gerada a partir da situação econômica poderá levar a uma maior incidência de conflitos entre o casal, podendo em alguns casos culminar com a dissolução da relação (KINNUNEN; FELT, 2004; AMATO; BEATTIE, 2011; KIPPEN, ET AL., 2013).

Limitações na vida social. Foram apontados como negativos e agrupados nesta categoria a ausência do convívio diário com outras pessoas para além da família e a diminuição do círculo social, consequentes da situação de desemprego. Este aspecto está relacionado ao caráter social do trabalho, no sentido em que promove e possibilita o contato com outras pessoas, sejam clientes, fornecedores ou colegas de trabalho, ampliando a rede de interações sociais (ASFORA; DIAS, 2006; PINHEIRO; MONTEIRO, 2007). Assim, o desemprego pode representar também uma privação deste benefício latente que o dia-a-dia de trabalho proporciona, podendo trazer algum prejuízo ao círculo de relações interpessoais. Esta foi a categoria com a menor frequência, tendo este aspecto sido referido por apenas três participantes, todas elas mulheres cujos cônjuges também estavam sem emprego, o que poderá indicar que em casais de duplo desemprego existe um maior efeito deste aspecto.

Aspectos Positivos

Tempo. "Ter mais tempo" foi a frase mais repetida dentre os participantes referentemente àquilo que consideravam ser de mais positivo diante da experiência do desemprego. Para a maioria (n = 68), esse tempo referia-se a estar mais com a família, nomeadamente o tempo parental ou tempo com o cônjuge; para outros (n = 21), era um tempo dedicado a si mesmo e à realização de atividades prazerosas (por exemplo, tempo para um *hobby*, lazer e religião). Das 68 pessoas que mencionaram ser positivo ter mais tempo para a família, 51 eram mulheres, o que poderá ser um indicativo de que, diante da situação do desemprego, há um maior investimento das mulheres no papel familiar.

"Não há". Foram contabilizados na frequência desta categoria os 20 participantes que deixaram completamente em branco o espaço do questionário destinado aos aspectos positivos, somando-se este número aos outros nove participantes que referiram "não há", "nenhum" ou "nada". Para estas 29 pessoas, as quais a experiência do desemprego pareceu não apresentar nada que pudesse ser considerado como positivo, certamente a vivência do desemprego está a ser mais difícil. Analisando as características destes participantes, observamos que 20 deles têm também o cônjuge em situação de desemprego e 28 possuíam

pelo menos um filho a viver no agregado familiar, o que pode sinalizar que casais de duplo-desemprego talvez experienciem de modo mais negativo esta situação devido a uma maior tensão financeira.

Apoio familiar. Diante de uma situação de crise, como a situação de desemprego, os apoios social e emocional podem ter um efeito protetor para a pessoa em risco. Assim, a família foi referida pelos participantes (n = 23) como uma importante peça da rede de apoio. Destaca-se que as mulheres (n= 13) mencionaram especialmente o apoio recebido pelo companheiro ("força e motivação inspiradas pelo meu companheiro", "estou mais próxima do meu marido", "o amor do meu marido"), enquanto os homens citaram a percepção de uma maior união familiar. Houve somente um homem que fez menção direta à companheira, porém referindo-se ao suporte emocional oferecido a ela, uma vez que estavam ambos em situação de desemprego.

Investimento em qualificação. Para alguns participantes, estar sem emprego pode ser o momento ideal de voltar a estudar, tirar formações e cursos que irão capacitá-los para a reinserção no mercado de trabalho. No entanto, sabe-se que, além de corresponder a um desejo pessoal, voltar a estudar pode ser também uma resposta diante das poucas ofertas de postos de trabalho. Ademais, para que um dos membros do casal possa dedicar-se aos estudos, é importante que o outro possa assumir as despesas da família. Assim, observa-se que dos 13 participantes que referiram estar a investir em formações, 10 tinham o respetivo cônjuge a trabalhar.

Reinterpretação positiva. Nesta categoria, foram agrupados conteúdos mencionados pelos participantes como lições de vida e aprendizagens que efetuaram devido à situação de desemprego, tais como "adquirimos novos modos de vida", "aprendi a viver com pouco e a reclamar menos" e "…um tempo de renovação". Os cônjuges dos participantes desta categoria (n = 11) estavam todos empregados. Observa-se neste conjunto de relatos que há uma nova interpretação, como se a experiência adversa tivesse proporcionado uma oportunidade de desenvolvimento pessoal. Para a fenomenologia, é próprio do humano, a partir de um importante acontecimento de vida, retornar à experiência vivida atribuindo-lhe novas significações e ressignificações, em um constante movimento de autodesenvolvimento (ROGERS; ROSENBERG, 1977; FRANKL, 1989; HEIDEGGER, 1995).

Indicadores de saúde. Alguns participantes (n = 9) afirmaram sentirem-se melhor física e mentalmente após terem sido demitidos de seu emprego anterior: "tenho menos stresse", "…sinto-me mais animado com a vida", "estou mais feliz". Estas afirmações fazem um contraponto à categoria *impacto psicológico negativo*, o que reflete mais uma vez a dualidade do trabalho referida por Antunes (2008), segundo o qual o trabalho pode ser visto ora como libertador ora opressor. Para estes participantes, a avaliação da experiência anterior de trabalho formal teve média (M = 3.1; DP =1.0) inferior à média geral, o que pode indicar que talvez o desligamento do trabalho tenha permitido resgatar o bem-estar e saúde em geral. A esse respeito, aliás, um dos participantes relatou que havia adoecido no último trabalho, pelo que agora na situação de desemprego considerava "ter mais saúde". Faz-se interessante também observar que, dos nove participantes, seis são mulheres cujos cônjuges estão empregados; além disso, estas mulheres também referiram como ponto positivo o fato de poderem estar mais tempo com seus filhos. Assim, é possível que o estatuto do cônjuge e a presença dos filhos possam ter um efeito protetor para estas mulheres.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou uma compreensão multifacetada da experiência de desemprego do ponto de vista da pessoa em desemprego, no sentido em que se fez uma avaliação da última experiência de emprego formal, avaliação da situação atual de desemprego e comparação entre as duas situações. Embora haja uma ampla literatura acerca dos impactos negativos da perda de emprego,

ainda há uma escassa produção que privilegie possíveis ganhos secundários da situação de desemprego. Os resultados indicaram que os participantes tiveram maior facilidade em mencionar os pontos negativos, sendo mais frequentes os conteúdos relacionados a "finanças" e "impacto psicológico negativo". Ressalta-se que estas duas categorias estão associadas, já que o desequilíbrio econômico resultante do desemprego ocasiona mais situações de tensão, o que pode aumentar a incidência de estresse e sintomas psicopatológicos. Estes achados são semelhantes aos de Jolley et al. (2011) em um estudo realizado com trabalhadores australianos que haviam sido demitidos, para os quais a tensão financeira, aumento do stress e preocupações foram os principais pontos negativos referenciados.

Por outro lado, o "ter mais tempo" e o "apoio familiar" surgiram como os principais aspectos positivos da situação de desemprego. De destacar que, para muitos, estar empregado implica falta de tempo e sobrecarga de tensão, que impossibilitam a vivência do ócio – incluindo o tempo para a família e para si mesmo. Assim, estar afastado do emprego poderá permitir a redescoberta de redes de apoio social e emocional, sendo a família a rede mais referida, de acordo com nossos resultados. Aponta-se como limitação deste estudo o fato de não termos usado entrevistas *ex post facto*, que teriam permitido uma maior compreensão dos conteúdos que emergiram dos aspectos referidos pelos participantes, pelo que se sugere o uso destas e de outras formas de recolha de dados que privilegiem o papel protagonista da pessoa em desemprego. Uma outra limitação diz respeito ao fato dos participantes terem sido recrutados em cursos de formação profissional, o que poderá ter condicionado a identificação de alguns aspectos positivos, nomeadamente a categoria "investimento em qualificação".

Apesar das limitações, este estudo é um contributo para futuras investigações na área, dado que grande parte dos participantes foi capaz de referir de forma concomitante aspectos positivos e aspectos negativos sobre sua situação de desemprego. Isto realça a complexidade da experiência, bem como seu caráter dinâmico, que poderão levar a redefinição de áreas de atuação para apoiar indivíduos e famílias em situação de desemprego, procurando fortalecer os aspectos positivos em vias de promover seu desenvolvimento. Investigar esta experiência surge-nos como um desafio de repensar o trabalho, o desemprego e modo de produção que nos impera.

REFERÊNCIAS

AMATO, P. R.; BEATTIE, B. Does the unemployment rate affect the divorce rate? An analysis of state data 1960–2005. Social Science Research, v. *40*, p. 705–715, 2011. doi:10.1016/j.ssresearch.2010.12.012

ANTUNES, R. Século XXI: A nova era da precarização estrutural do trabalho. In: Dal Rosso; FORTES, J. A. A. S. (Ed.). Condições de trabalho no limiar do século XXI. Brasília: Épocca, 2008.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARÉVALO-PACHÓN, G. Tendencias en la investigación psicológica sobre desempleo y salud. Revista Iberoamericana de Psicología: Ciencia y Tecnología, v.*5*(2), p. 17-30, 2012. Disponível em: <http://ibero-revistas.metabiblioteca.org/index.php>. Acesso em: 12 Out. 2016.

ASFORA, S. C.; DIAS, M. R. C. Modelo de qualidade de vida no trabalho para a polícia militar de Pernambuco. Revista Eletrônica de Administração, v. *12*, p. 1 – 26, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4011/401137450006.pdf>. Acesso em: 07 Mai. 2016

BARDIN, L. Análise de conteúdo (4ª ed.). Lisboa: Edições 70, 2011.

AQUINO, C. A. B., et al. Terceirização e saúde do trabalhador: Uma revisão da literatura nacional. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, v. *16*(2), p. 130-142, 2016. doi: 10.17652/rpot/2016.2.660

BORGES, L. O.; TAMAYO, A. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, *1*(2), 11–44, 2001. ISSN 1984-6657. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/6712>. Acesso em: 07 Mai. 2016

CALDAS, M. Demissão: Causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

EZZY, D. Unemployment and mental health: a critical review. Social Science and Medicine, v. *37*, p. 41–52, 1993. Disponível em: < https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8332923>. Acesso em: 07 Mai. 2016

FRANKL, V. Um sentido para a vida. Aparecida: Editora Santuário, 1989.

FRYER, D. Employment deprivation and personal agency during unemployment: A critical discussion of Jahoda's explanation of the psychological effects of unemployment. Social Behaviour, v. *1*(1), p. 3-23, 1986. Disponível em: < http://psycnet.apa.org/psycinfo/1989-24290-001>. Acesso em: 12 Out. 2016

GENNARI, A.; ALBUQUERQUE, C. Globalização e reconfigurações do mercado de trabalho em Portugal e no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. *27*(79), p. 65-79, 2012. doi: 10.1590/S0102-69092012000200005

GUERRA, L. L. L. et al. Habilidades de conversação e desenvoltura em entrevista de emprego: Aplicação de um programa de ensino baseado na análise do comportamento. Trilhas Pedagógicas, v. *6*(6), p. 288-305, 2016. Disponível em: <http://fatece.edu.br/revista%20trilhas/volume6.php>. Acesso em: 12 Out. 2016.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre a origem das mudanças culturais. São Paulo: Loyola, 2010.

HEIDEGGER, M. Ser e tempo. Petrópolis: Vozes, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico de Portugal. Portugal, 2016. Disponível em: <http://www.ine.pt>. Acesso em: 07 Mai. 2016.

JAHODA, M. Economic recession and mental health: Some conceptual issues. Journal of Social Issues, v. *44*, p. 13–23, 1988. doi: 10.1111/j.1540-4560.1988.tb02089.x

JENSEN, P.; SMITH, N. Unemployment and marital dissolution. Journal of Population Economics, v. *3,* p. 215–229, 1990. doi: 10.1007/BF00163076

JOLLEY, G. et al. Positive and negative impacts of job loss on family life: the perceptions of Australian car workers. Australian Journal of Social Issues, v. *46*(4), p. 411– 433, 2011.

KEYNES, J. M. The general theory of employment. In: The quarterly journal of economics, p. 209-223, 1937.

KINNUNEN, U.; FELT, T. Economic stress and marital adjustment among couples: Analyses at the dyadic level. European Journal of Social Psychology, v. *34*, p. 519–531, 2004. doi:10.1002/-ejsp.213

KIPPEN, R et al. What's love got to do with it? Homogamy and dyadic approaches to understanding marital instability. Journal of Population Research, v. 30, p. 213–247, 2013. doi: 10.1007/s12546-013-9108-

KUBO, S. H.; GOUVÊA, M. A. Análise de fatores associados ao significado do trabalho. Revista de Administração, v. *47*(4), p. 540-554, 2012. doi: 10.5700/rausp1057

LACAZ, F. A. C. O campo saúde do trabalhador: Resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. *23*(4), p. 757-766, 2007. doi: 10.1590/S0102-311X2007000400003.

LIMA, A. V. Q.; GOMES, M. W. F. "Estou formado(a), e agora?": Uma análise sobre o sofrimento psíquico de desempregados recém-formados em instituições de nível superior em São Luís-MA. Cadernos de Pesquisa, v. *17*(3), p. 37-46, 2010. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/280/201. Acesso em: 07. Mai. 2016

LIMA, P. G. C.; AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. R. Fundamentos macroeconômicos nas perspectivas de Marx e Keynes: Contribuições para a heterodoxia. Revista de Economia Política, v. *36*(3), p. 603-621, 2016. doi: 10.1590/0101-31572015v36n03a08

LEON, L. M.; IGUTI, A. M. Saúde em tempos de desemprego. In: GUIMARÃES, L. A. M.; GRUBITS, S. (Ed.). Série Saúde Mental e Trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política I – Livro I (6ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. Economia e Sociedade, v. *24*(2), p. 293-328, 2015. doi: 10.1590/1982-3533.2015v24n2art3

MENDOLIA, S. The impact of husband's job loss on partners' mental health. Review of Economics of the Household, v. *12*, p. 277–294, 2014. doi: 10.1007/s11150-012-9149-6

MITCHELL, J.; KRISTOVICS, A. Death of an airline: The well being of retrenched Ansett staff three years on. International Journal of Employment Studies, v. *13*(2), p. 89–118, 2005. Disponível em: < http://handle.uws.edu.au:8081/1959.7/10141>. Acesso em: 07.Mai.2016

NEWMAN, L.; MACDOUGALL, C.; BAUM, F. Australian children's accounts of the closure of a car factory: Global restructuring and local impacts. Community, Work & Family, v. *12*(2), p. 143–158, 2009. doi: 10.1080/13668800902778934

OLIVEIRA, J. N. de; MENDES, A. M. Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: Contribuições da psicodinâmica do trabalho. Temas em Psicologia, v. *22*(2), p. 389-399, 2014. doi: 10.9788/TP2014.2-10

ORGANISTA, J. H. C. O debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINHEIRO, L. R. S.; MONTEIRO, J. K. Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. *10*(2), p. 35–45, 2007. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v10n2/v10n2a04.pdf>. Acesso em 21.Abr.2016

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. Cadernos EBAPE.BR, *v. 12*(4), p. 756-769, 2014. doi: 10.1590/1679-395115088

RIBEIRO, M. A. Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: Contribuições da Psicologia Social do Trabalho. Psicologia Política, v. *9*(18), p. 331–346, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200010&lng=pt&tlng=pt.>. Acesso em: 21 Abr. 2016.

ROGERS, C.; ROSENBERG, R. L. A pessoa como centro. São Paulo, Brasil: Edusp, 1977.

SOBRAL, J. M.; GONÇALVES, C. M.; COIMBRA, J. L. A influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional dos adolescentes. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. *10*(1), p. 11-22, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000100004>. Acesso em: 07 Mai. 2016.

SOUZA JÚNIOR, H. P. Centralidade ontológica do trabalho ou centralidade da informação e do conhecimento nos processos de formação humana? Pro-Posições, v. *19*(2), p. 163-179, 2016. doi: 10.1590/S0103-73072008000200012

TAY, L.; DIENER, E. Needs and subjective well-being around the world. Journal of Personality and Social Psychology, v. *101*(2), p. 354–365, 2011. doi: 10.1037/a0023779

WESTMAN, M.; ETZION, D.; HOROVITZ, S. The toll of unemployment does not stop with the unemployed. Human Relations, v. *57*(7), p. 823–844, 2004. doi:10.1177/0018726704045767

ZHANG, H.; FAN, S.; YIP, P. Marital satisfaction trends in Hong Kong between 2002 and 2012. Journal of Sex & Marital Therapy, v. *41*(4), p. 1–10, 2015. doi: 10.1080/0092623X.2015.1053021

MINIBIOGRAFIA



Joyce Aguiar (jcaguiar2@gmail.com)

Doutoranda na Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, em regime de cotutela com a Universidade Federal de São Carlos – Brasil. Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (2009), possui experiência de atuação profissional na área da Psicologia Organizacional, com ênfase em Desenvolvimento Humano e Comportamento Organizacional. Dedica-se ao estudo de temas relacionados à conciliação trabalho-família, gênero e precariedade do trabalho.

Link para CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/1326026335338719



Vinício Abreu (brigidovini@ufmg.br)

Doutorando na Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2014) e Psicólogo pela Universidade Federal do Ceará (2009). Atualmente é professor da Escola de Saúde Pública do Ceará, professor da Faculdade Maurício de Nassau - Fortaleza (CE) e assessor técnico de P&D do Conselho Regional de Psicologia - 11ª Região. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Subjetividade e sexualidade, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia, sexualidade, funcionamento grupal e gênero.

Link para Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1326026335338719



Marisa Matias (marisa@fpce.up.pt)

Investigadora postdoctoral na Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, PhD em Psicologia pela Universidade do Porto (2012), Mestre em Psicologia Social (2007) pela mesma instituição. Dedica-se à investigação de temas na área da Psicologia Social, com ênfase na conciliação trabalho-família, gênero e motivação para a parentalidade.



Anne Marie Fontaine (fontaine@fpce.up.pt)

Professora catedrática da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Dedica-se à investigação nas áreas da Psicologia Social e da Educação, com ênfase nos temas: fatores de adaptação social e escolar, resiliência, transição para a idade adulta e adultez emergente, família (conciliação trabalho-família, homoparentalidade e motivação à parentalidade) e solidariedade intergeracional.